



POLÍTICA

Na PSP, “o erro pode acontecer, mas não duas vezes”

Inspector-geral da PSP explica como o maior serviço público da administração civil previne e combate a corrupção e o abuso de poder. Nos últimos cinco anos, houve “uma mudança de paradigma”

Reportagem Leonete Botelho

O esquema de troca de credenciais para passes sociais por dinheiro na PSP, revelado pelo PÚBLICO há cinco anos, seria hoje impossível de se repetir, assim como seria “quase impossível” um novo caso de desaparecimento de armas oficiais como o das Glock, descoberto em 2017. Esta é a convicção do inspector-geral da PSP, Pedro Clemente, e das chefias desta instituição que é hoje o maior serviço público não-militar em Portugal, com cerca de 20 mil polícias distribuídos por mais de 400 esquadras.

“O erro pode acontecer, mas não duas vezes. Temos de prevenir o erro”, afirma ao PÚBLICO o inspector-geral da PSP, superintendente-chefe Pedro Clemente, afirmando que nos últimos cinco anos tem havido um grande esforço de mudança cultural na instituição.

“Procuramos implementar uma mudança de paradigma, em que não ficamos apenas pela responsabilização disciplinar dos infractores, mas procuramos encontrar as causas e eliminar os riscos na origem”, sublinha.

O PÚBLICO revelou a 13 de Maio o último relatório do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) em que este organismo independente, que funciona na órbita do Tribunal de Contas, analisa os dados que recebe anualmente da Justiça relativos aos processos de corrupção e crimes conexos investigados no perímetro do Estado.

Tal como em anos anteriores, as forças de segurança lideram as suspeitas de corrupção na administração central, ainda que o número de processos em curso seja reduzido: são apenas 25 os que envolvem as forças policiais, ainda

assim quase metade dos 51 processos em que há decisões judiciais que confirmam a existência de indícios ou provas de crimes (acusação ou sentença). Dois desses processos são precisamente o dos passes trocados por dinheiro e o desaparecimento das 55 Glock do armeiro da sede nacional da PSP, na Penha de França, em Lisboa.

Foi ali mesmo que os responsáveis da Inspeção-Geral da PSP e o chefe do Gabinete de Planeamento e Controlo Logístico e Financeiro da instituição receberam o PÚBLICO, dias depois de dois agentes terem sido detidos (e um ficar em prisão preventiva) por suspeita de envolvimento num esquema de tráfico de estupefacientes. Casos que pesam sobre toda a instituição: “Por cada suspeita, há uma perda de confiança, e nós dependemos da confiança dos cidadãos”, lamenta Nuno Carocha, director do Gabinete de Imprensa e Relações Públicas da Polícia.

No caso da Polícia de Segurança Pública, os crimes mais frequentes são o abuso de poder e a falsidade de testemunho, mas os números são reduzidos. Em 2019, segundo o relatório anual da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Crimes Conexos, estavam em curso 30 processos disciplinares na polícia (menos 12 do que no ano anterior), dos quais 19 de abusos de poder e cinco de falsidade de testemunho, havendo apenas dois casos de corrupção, dois de favorecimento, um de peculato e outro de denegação de justiça.

Consciente de que o envolvimento de agentes da PSP neste tipo de crimes “é uma situação corrosiva”, Pedro Clemente apertou as malhas da fiscalização. “Temos muitos canais de denúncias anónimas e denúncias classificadas e, apesar de



“**Por cada suspeita, há uma perda de confiança, e nós dependemos da confiança dos cidadãos**”

Nuno Carocha
Director do Gabinete de Imprensa

sabermos que uma grande parte delas vão revelar-se infundadas, temos como princípio que todas, sem excepção, são investigadas”, afirma ao PÚBLICO.

O inspector-geral dá como exemplo os serviços remunerados, que representam ainda hoje o maior foco de denúncias dentro dos serviços, mesmo depois da implementação de um sistema informático que “não é possível manipular”. A diversidade de horários e situações particulares dos serviços e dos agentes cria muitas vezes situações que

parecem beneficiar uns em detrimento de outros, quando não é assim. Apesar disso, também aqui todas as denúncias são investigadas, garante Pedro Clemente.

Prevenir riscos

O factor-chave da prevenção da corrupção na instituição resulta da informatização dos processos de produção e controlo, sublinha António Oliveira, chefe do Gabinete de Planeamento e Controlo Logístico e Financeiro da PSP. “Temos um projecto de

António Oliveira, chefe do Gabinete de Planeamento e Controlo Logístico e Financeiro da PSP, Pedro Clemente, Inspector-geral da PSP, e Luís Filipe Guerra, subinspector-geral da PSP, combatem e previnem a corrupção na PSP

FOTOS RICARDO LOPES



só reduziram ao mínimo a possibilidade de fraude como ainda eliminaram a “pesada carga burocrática do processo”.

Nos últimos anos, foram implementados na PSP diferentes sistemas integrados para as várias funções da polícia e tudo fica registado no Sistema Estratégico de Informações, o qual “permite fazer a extração de toda a informação” sobre os passos de cada processo, quem interveio e por que razão o fez, explica o inspector-geral adjunto. “Hoje não é possível aceder aos processos sem uma boa razão”, acrescenta Luís Filipe Guerra.

Quem decide não cobra

Por outro lado, com o Sistema Integrado de Receitas (SIREC), retirou-se o dinheiro das mãos dos agentes e quebrou-se o elo entre a decisão e a cobrança de receitas, sublinha António Oliveira. Antes da automatização, nas áreas em que a PSP funciona como regulador – o licenciamento e registo das empresas de segurança privadas e o licenciamento de armas e explosivos em Portugal –, os mesmos serviços que decidiam sobre estas duas áreas sensíveis eram também aqueles onde se pagavam os respectivos emolumentos.

Agora, não. Todos os processos relativos às funções de regulador da PSP estão automatizados com sistemas informáticos próprios (SIGAE para as armas e explosivos, SIGESP para a segurança privada e vigilantes). A partir do momento em que estão verificados os requisitos para o licenciamento, por exemplo, de uma empresa de segurança privada, a informação é enviada para o SIREC e é este quem emite a nota de cobrança e recebe os pagamentos. Quem decide não cobra, quem cobra não decide e assim se evita o abuso de poder, resume Nuno Carocha.

No sistema de gestão de armas e explosivos, por exemplo, há sempre três níveis de decisão e

cada agente tem apenas os privilégios de acesso do seu nível, sempre no respeito da máxima da PSP de justificar “a necessidade de saber”, como explica a superintendente Florbela Carrilho, que dirige o SIGAE.

A preocupação com a actualização dos mecanismos de prevenção e controlo da corrupção levou a PSP a publicar, em Fevereiro deste ano – já sob a direcção de Manuel Magina da Silva – um novo Plano de Prevenção da Corrupção na Polícia de Segurança Pública. E uma das áreas que mereceram mais atenção foram os conflitos de interesses, indo ao encontro da recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de Janeiro.

Assim, foram reforçados os “procedimentos de controlo interno para verificar a inexistência de conflitos de interesse ou de impedimentos legais, nos procedimentos confiados a cada funcionário, bem como da observância de inexistência de quaisquer incompatibilidades na acumulação de funções, públicas e privadas, do pessoal com funções policiais e não-policiais desta polícia.”

“Tivemos de olhar para os procedimentos, encontrar os momentos de risco e eliminá-los”

Luís Filipe Guerra
Subinspector-geral

qualidade, que é revisto de dois em dois anos, onde se faz o mapeamento de todos os processos produtivos para promover o controlo de qualidade. Isso permite padronizar modos de funcionamento e evitar redundâncias, mas também introduzir mecanismos de controlo”, afirma.

Foi o que aconteceu, por exemplo, depois de o PÚBLICO ter revelado, em 2015, um esquema de troca de credenciais para passes sociais gratuitos por dinheiro, aos

balcões das Transportes Sul do Tejo, num processo que resultou na acusação de mais de 200 polícias dos concelhos de Almada, Seixal e Setúbal, incluindo comandantes e delegados sindicais.

“Tivemos de olhar para os procedimentos internos, encontrar os momentos de risco e eliminá-los”, explica o superintendente Luís Filipe Guerra, subinspector-geral da PSP. A automatização do processo eliminou a emissão daquelas credenciais e o registo e todas as interações com as empresas não

leonete.botelho@publico.pt